



## **20º Congresso de Iniciação Científica**

# **EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS: CONVERGENTE, DIVERGENTE OU ARTICULADA À EDUCAÇÃO ESCOLAR?**

### **Autor(es)**

---

RENATO BELLOTTI SENICATO

### **Orientador(es)**

---

LUZIA BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

### **Apoio Financeiro**

---

FAPIC/UNIMEP

### **1. Introdução**

---

Homem e cultura surgem como elementos em processo aberto. A cultura é construída pelo trabalho humano através de seu deslocamento na vida em sociedade. O homem, enquanto animal racional e de subjetividade, possui letras diminutas demais para serem lidas em sua intimidade, porém essas letras são aumentadas enquanto (dis)postas nas relações com o outro. Os homens são significados pela cultura ao passo que a significam pela força das relações estabelecidas entre eles, produzindo, dessa forma, saberes, influenciado não só pelo espaço e tempo em que se encontram, mas que sofrem influência do passado, alterando-se no presente e refletindo sobre o futuro.

São os saberes que integram a formação de um conhecimento vasto, amplo. De acordo com o que foi analisado no trabalho, existem divisões entre os saberes, dispostos, alguns como válidos outros como inválidos. Também é notória outra divisão, a de quem pode ou não ter acesso aos saberes. As formas de validar e invalidar os saberes e os indivíduos que a eles têm ou não acesso, correspondem a mecanismos de controle que afetam diretamente a área sobre a qual reside a importância de conduzi-los, a área da educação. Dessa divisão entre o que seja o conhecimento da educação formal e não-formal ocorre, o desprezo da última, pelo julgamento de que não se sustenta em fundamentações sólidas o suficiente, mas que, em contraponto, pode ser muito criativo, ajudando a procurar soluções para problemas educacionais há muito tempo constatados.

### **2. Objetivos**

---

A pesquisa teve como objetivo analisar as formas de divisão dos saberes entre válidos e inválidos, estabelecendo uma justificativa de potencialidade conceitual criadora para a área de educação não-formal. Além disso, procurar entender, através da análise das relações entre as áreas formal e não-formal, qual o espaço que as separam, bem como se aquilo que é gerado por uma resvala sobre a outra.

### **3. Desenvolvimento**

---

O trabalho foi realizado utilizando-se do referencial metodológico de pesquisa multireferencial. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre obras da Filosofia, Educação e Filosofia da Educação. Priorizou-se, a título de melhor adequação da pesquisa, as obras de

Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari e Valéria Aroeira Garcia, de modo específico A ordem do discurso; O que é a filosofia? e Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. Foram utilizados como instrumentos três questionários para entrevistas. Contou-se com a parceria da Secretaria Municipal da Educação; Escolas com programa EJA e; pessoas da comunidade da cidade. A aprovação do projeto pelo CEP data de 30/06/2011.

Ao desenvolver a análise sobre as formas nas quais os saberes estão divididos foram constatadas duas delas: a formal, compreendida como toda construção de conhecimento de maneira organizada a partir de um método, que se encontra sistematizada, recebendo outorga do Estado para vigorar como válida; e a não-formal, que circula livremente pelas várias camadas de organização da sociedade, e é composta por tudo o que é produzido nos processos de circulação social.

Diante da constatação de que os saberes, formadores, fundamentadores do conhecimento nos quais se pautam os indivíduos, e pelos quais podem tornar-se conscientes desse processo, podem estar circunscritos a circularem em determinado tempo e espaço de maneira controlada, vale indagar: A quem pertencem os saberes? Quem pode ou não, e como fazer para conhecer? As respostas estão dadas na ordem dos processos políticos que fazem as divisões voltadas para a educação das pessoas.

Os processos políticos que fazem a divisão entre os saberes e os indivíduos que podem ter acesso a eles, cumprem a função de validar e legitimar certas formas de conhecimento. No processo de legitimação dos saberes e dos indivíduos que a eles podem acessar contam-se duas vertentes: a primeira das formas de organização pedagógica, e a segunda de ordem econômica, ambas cumprem o papel de taxar a validade ou invalidade dos saberes e indivíduos que a eles podem acessar.

Da organização pedagógica que faz a divisão dos saberes válidos e inválidos, é notória a tendência de elevar o conhecimento transmitido através da ação escolar e rebaixar as formas de conhecimento consideradas não-formais. Garcia (2005, p. 20) pontua que Na área da educação escolar há uma tendência a se desprezar todo saber que não é escolar [...] Criou-se um discurso de que o saber veiculado pela educação formal é crítico, por ser racional, científico, por ter referências e ser pautado no conhecimento científico. E o saber que não é da escola é ingênuo, por ser fundamentado na observação, na tradição, na oralidade e ser sensível aos argumentos da ciência, “comprobatória de verdades”.

Entretanto, é no fator econômico que se nota a força dos processos políticos de legitimação dos saberes, comprovando que muitas pessoas são privadas do acesso aos saberes. A negligência do acesso ao conhecimento se dá pelo fator mercadológico que envolve também a área da educação. Segundo Garcia,

Como em um mercado, existem aqueles que têm “poder de compra” para ter acesso e conhecer determinados saberes e aqueles que não o têm. Uma das estratégias utilizadas para que isso ocorra é a afirmação de que é necessário um saber escolarizado para poder ser considerado um saber crítico, referenciado e aceito pela sociedade. Através desse discurso e dessa idéia veiculados socialmente, há uma homogeneização das crianças e dos adolescentes frequentadores da educação formal, integrando-os à sociedade mais ampla, segundo os desejos dos grupos no poder.

Ao desmontar analiticamente a estrutura dos discursos, Foucault nos apresenta um jogo de poderes, ou seja, quem detém a possibilidade do discurso detém o poder nele engendrado. Como fora visto, a educação é gerida por processos políticos de legitimação dos saberes. Foucault constatou que a educação é uma forma de exercer controle através do poder que circula pelo discurso. Sobre isso, segundo Foucault

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (2008, PP. 43-44).

Se as estruturas pelas quais circulam as formas de saber outorgadas como válidas não permitem a intervenção de quem os acessa, tem-se esgotada a credibilidade do processo criador. As estruturas de controle e legitimação dos saberes, ao exercem sobre elas a força de sempre esperarem pelo mesmo, impedem a circulação livre dos indivíduos pelo espaço social. O que sobra desse processo é sempre a afirmação do mesmo, do já esperado, do já dado, de um discurso de poder, considerado por Roland Barthes como sendo todo discurso que engendra o erro e a culpa de quem o recebe. (2009, p. 11).

De acordo com a perspectiva de Deleuze e Guattari, a função da Filosofia, por excelência, é a criação de conceitos. Os filósofos franceses, numa crítica a Marx, quando este recomendava aos filósofos que saíssem de uma posição passiva diante da realidade, fizeram-na justamente para justificar seus argumentos. Para eles, a Filosofia deve se ocupar com a criação, não com a reprodução de conceitos. Os conceitos devem, portanto, serem aplicados na ordem dos acontecimentos, que tenham por função solucionar problemas. Nesse sentido é justificada a necessidade de se problematizar a disposição das formas de saberes, pois aqueles que estão dados como válidos impossibilitam o processo criativo, fundamental para que a educação ocorra efetivamente.

Uma das saídas sobre a qual se inscreve a formulação do conceito de educação não-formal é justamente essa, a possibilidade de criação a partir de espaços pouco limitados. Ao entrar em contato com ambientes em que não se espera reações determinadas, a subjetividade dos indivíduos, aliás, de todos eles, intervém no processo, tornando-o mais produtivo. Desse modo, não só a criatividade é uma potência enquanto se pensa em novas propostas para a educação, no caso a educação não-formal, como os processos educativos pelos quais passam as pessoas inseridas nessas novas propostas, permite que elas tenham sua criatividade potencializada na prática de

atividades novas que não as sufocam com determinações tão limitadas.

...a educação não-formal possui mais condições de respeitar a diferença e privilegiar a diversidade, como de permitir e favorecer o diálogo e dessa forma abrir caminhos para a criação, ao passo que a educação formal, em muitas situações, privilegia a homogeneização, negando as especificidades e diferenças que geram desigualdades, portanto não propicia o diálogo. (GARCIA, 2005, p. 36).

Dentro do que formularam Deleuze e Guattari sobre a construção de novos conceitos a partir do processo criativo, os conceitos possuem elementos de outros conceitos. Nesse sentido, na construção do conceito de educação não-formal são utilizados elementos do conceito da educação formal. Sobre essa relação, Garcia nos diz que

O conceito de educação não-formal não está no conceito de educação formal, apesar de possuir alguns entrelaçamentos com este, mas é um outro conceito, que não diz o acontecimento da educação formal. Diz um outro acontecimento, que não é nem melhor nem pior, mas transita em outro plano. (2005, p. 27).

A intenção não é diminuir a importância da circulação dos saberes através da educação formal, pelo contrário, é encontrar uma forma de valorização e reconhecimento da contribuição para a formação das pessoas nas duas esferas: escolar e não-escolar. A educação não-formal não pretende ocupar o posto que é, por exemplo, da educação escolar. Com propostas menos engessadas de educação, nos ambientes não-formais os saberes podem circular livremente e ser acessados por todos, reforçado o caráter social indiscutível e imprescindível para a construção do conhecimento, na formação de sujeitos mais esclarecidos.

#### **4. Resultado e Discussão**

---

Das análises feitas na pesquisa, notou-se que os saberes constituintes do conhecimento são divididos, gerando saberes válidos e inválidos, formais e informais. Também é exercida sobre os indivíduos, a divisão em dois grupos, a divisão dos que podem e a dos que não podem conhecer; nesse caso a divisão ocorre pelo fator econômico do “poder de compra”. Os processos que fazem a divisão dos saberes são de cunho político, e visam defender a ideologia das classes no poder.

As formas de saber instauradas como válidas são outorgadas pelo Estado, espaço no qual os indivíduos podem ser analisados em letras aumentadas, porém visam uma homogeneização dos mesmos através de formas muito limitadas, às quais se espera que os indivíduos enquadrem-se. O fato de ocorrer uma homogeneização dos indivíduos pelas práticas formais de educação acaba por comprometer a capacidade de criação dos mesmos. Se a possibilidade de aprender fica circunscrita num tempo e espaço muito determinados e, a criatividade está comprometida por esse processo, a cultura e o caráter humano das sociedades tornam-se mais escassos.

#### **5. Considerações Finais**

---

As propostas em educação não-formal representam uma saída enquanto criação conceitual, em potência a partir dos problemas que resvalam das formas tradicionais de educação. Ao passo que valorizam toda a carga de subjetividade de todos os envolvidos no processo, ele torna-se mais humano. De igual modo, ao rejeitar formas muito limitadas pelas quais circulam os saberes, a educação não-formal privilegia a criatividade e as relações dialógicas entre os indivíduos, enriquecendo os processos de construção de acesso aos saberes. Possibilitando a problematização, humanização, diálogo, criação, as práticas de educação não-formais endossam a circulação dos saberes pelo meio social. Ao passo que conscientizando pessoas que o acesso aos saberes pode transformá-las em sujeitos mais emancipados, participativos, possibilita a alteração social como resultado da relação com o conhecimento.

#### **Referências Bibliográficas**

---

- BARTHES, Roland. Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3. ed. Rio de Janeiro: 34. 2010.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (Orgs) Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Setembro, 2005.